

Covas articula por mandato de quatro anos

REJANE OLIVEIRA Da Editoria de Política

Enquanto permitia que o líder governista Carlos Sant'Anna se articulasse junto aos coordenadores de bancadas do PMDB para garantir a manutenção do atual mandato presidencial de seis anos, o senador Mário Covas montou uma estratégia sutil para neutralizar as manobras dos estrategistas políticos do Palácio do Planalto.

ESTRATEGIA

Ao confirmar a existência dessa estratégia, um constituinte mineiro intimamente ligado a Covas explicou que o partido precisava de voz de peso na qual a Comissão para assegurar que Sarney não passe mais de quatro anos na Presidência.

anos, a despeito de qualquer tipo de pressão que vier a ser exercida pelo Governo. "Eles se armaram através dos coordenadores de bancadas, por sua vez ligados aos governadores. Pois bem: fortalecendo as suplências com nomes independentes, deixamos aberto um canal para que o interesse do partido — que é mesmo de quatro anos — seja atendido", justificou o parlamentar. A fonte peemedebista não chegou a esclarecer como o senador Mário Covas convencerá os titulares da Comissão, indicados pelos coordenadores de bancadas, a ausentarem-se para dar lugar aos suplentes. Um outro parlamentar importante do partido, contudo, insinuou que houve entendimentos prévios neste sentido, envolvendo até mesmo o deputado Egidio Ferrelira Lima, relator-geral do Grupo de Organização dos Poderes. A estratégia repetiu-se na Comissão de Sistematização, encarregada de elaborar o texto final da futura Carta Magna. Além dos titulares escolhidos a dedo pelo senador Covas, em que pesem as concessões que precisou fazer aos coordenadores de bancadas, os suplentes do órgão são nomes de peso que costumam das mesmas ideias do líder peemedebista a respeito do mandato presidencial.

Quércia deixa para o partido as decisões

São Paulo — Mesmo não admitindo, há claros sinais de que o governador Orestes Quércia recuou ontem na sua disposição de conversar com os seus colegas de outros estados e com a bancada paulista na Constituinte sobre a fixação do mandato do presidente José Sarney. Motivado por algum recado do Planalto ou simplesmente pelo desconcerto que o pacto de Sarney com o presidente nacional do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, para definir em cinco anos o mandato causou as suas indecisões, Quércia declarou: "Essa questão deve ser discutida pelo partido como um todo. Não são pelos governadores. Eles devem participar porque têm as suas responsabilidades, mas o encaminhamento da questão deve ser de todo o partido. Com os governadores vou conversar sobre outros assuntos e aproveitar para pedir que acelerem a discussão do mandato do presidente em seus estados. Durante o almoço oferecido pela Fiesp ao presidente Mário Soares, de Portugal, entretanto, Quércia disse que não procuraria mais os governadores de Minas, Newton Cardoso, e do Rio de Janeiro, Moreira Franco, para discutir esse assunto. "Se eles estão esperando eu os chamar, vão ficar esperando. Não tenho nenhuma perspectiva de telefonar para eles" — afirmou. No Palácio dos Bandeirantes, contudo, a

informação que circulava era de que os dois governadores deverão estar em São Paulo na próxima semana. No final da tarde, ao conceder entrevista coletiva, ele tentou atenuar sua declaração dizendo que vem conversando com governadores, quando tem eventualmente um contato, sobre a necessidade de acelerar a discussão da fixação do mandato de Sarney. Ele não admitiu que defendia seis anos, mas o que a Constituinte definir, seja a quatro ou cinco — com mandato também — ou seis, desde que a próxima eleição aconteça somente em 1990. Disse, por outro lado, que respeita a opinião do ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, que na última reunião da executiva nacional do PMDB criticou o mandato de seis anos para o presidente Sarney, dizendo que se tratava de golpe. Manifestou-se favorável ao documento do partido que apóia a moratória, mas é cauteloso quanto à economia interna. "Todos nós estamos querendo balizamento da economia. Mesmo os que não aceitam uma moratória agora aceitam, porque precisamos defender os interesses do País. Agora, na questão interna, o PMDB está na expectativa de medidas. Ficou claro que ninguém é contra o ministro Funaro. Todos querem que ele ou alguém apresente propostas concretas" — concluiu.

PDS quer referendo popular

O PFL, através de seus principais líderes na Câmara, apoiou ontem o projeto de decisão do deputado Cesar Cals Neto (PDS-CE) sugerindo que a Constituinte estabeleça o período de mandato do Presidente da República até 15 de maio vindouro, quando viajará para a Índia, e define, preliminarmente, o sistema de Governo. O deputado Jorge Arbage (PDS-PA), 2º Vice-Presidente da Constituinte, apresentará hoje projeto de resolução determinando a realização de plebiscito sobre a duração do mandato do presidente José Sarney e qual o regime de Governo. Arbage entende que essa questão tem de ser definida pelo povo em sua totalidade.

Constituinte mais de 30 emendas estabelecendo o sistema parlamentarista. A grande maioria dessas propostas enquadra-se no parlamentarismo tipo francês, com um presidente forte. Pessoalmente, Facioni é favorável ao parlamentarismo clássico. O deputado César Cals considerou ontem de fundamental importância a manifestação do deputado Saulo Queiroz ao projeto de resolução para definir o mandato do Presidente Sarney. Há tempos Saulo, que é o secretário-geral do PFL, anunciou que apresentaria projeto determinando que o mandato do presidente Sarney seria confirmado em seis anos. Além de Saulo Queiroz, Cals recebeu uma declaração de "simpatia" do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), que considera prioritária a definição do mandato e do regime.

PARLAMENTARISMO

O deputado Victor Facioni (PDS-RS) anunciou ontem que já foram apresentadas à Assembléia

Minas está com o Presidente

Belo Horizonte — "O apoio de Minas Gerais ao presidente José Sarney é incondicional", disse ontem o governador Newton Cardoso, ao embarcar para o Rio de Janeiro, onde foi visitar Roseana Sarney, filha do Presidente, que se recupera de uma cirurgia. Cardoso evitou uma crítica direta à decisão da executiva do PMDB, que manifestou seu apoio à continuidade da moratória, mas não quis apoiar a política econômica do Governo, sem antes ter conhecimento das medidas a serem apresen-

tadas pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Disse apenas que "ninguém pode apoiar alguém com condições". O Governador de Minas concorda com seu partido, porém quando ele respalda o Governo na manutenção da moratória até as últimas consequências. Para ele, o presidente José Sarney terá que ampliar os prazos de suspensão do pagamento do serviço da dívida até que os credores internacionais decidam novos recursos para o País.

Maciel coordena novo programa

Apoio ao Governo será garantido com o PTB e o PL na Aliança

JULIO ALCANTARA



Pelé entregou a Estatueta da Paz a Sarney e reafirmou sua intenção de se candidatar à Presidência

Severo eleito relator da Ordem Econômica

A ala progressista do PMDB, apoiada pelos partidos de centro-esquerda, conseguiu a primeira vitória sobre os constituintes conservadores e que detém a maioria dos membros da Comissão da Ordem Econômica. Após uma sessão que durou mais de duas horas, prevaleceu o acordo negociado entre as lideranças do Partido da Frente Liberal e do PMDB, via deputado José Lourenço e o senador Mário Covas. Para a presidência da Comissão, foi eleito por 44 votos, o deputado José Lins (PFL-CE). Apesar das pressões dos conservadores que reivindicavam a inclusão do deputado Roberto Cardoso Alves na disputa pelo cargo de relator da Comissão, José Lins indicou o senador Severo Gomes (PMDB-SP) para a relatoria da Ordem Econômica. Juntamente com o deputado José Lins, foram eleitos ainda o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) para a 1ª vice-presidência e o senador Albano Franco (PMDB-SE) para a 2ª vice-presidência, cada um com 46 e 41 votos, respectivamente. Amanhã pela manhã, a Comissão da Ordem Econômica voltará a se reunir para definir as normas regimentais para seu funcionamento. A tarde, a partir das 15h, serão eleitos os presidentes e relatores das três subcomissões da Ordem Econômica. Já existem algumas indicações formalizadas entre as lideranças partidárias, mas que deverão ser concluídas amanhã à tarde. Para a primeira subcomissão (princípios ge-

rais, intervenção do Estado e regime de propriedade do subsolo), a presidência poderá ficar para o deputado Delfim Netto (PDS-SP), e a relatoria para o deputado Virgílio Senna (PMDB-BA). Na segunda subcomissão, a presidência também ficará com o Partido da Frente Liberal e o cargo de relator para o PMDB, com o deputado José Ulysses de Oliveira, de Minas Gerais. Para a terceira subcomissão — Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária — a presidência poderá ficar para o deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG). O cargo de relator desta subcomissão ainda não foi decidido.

reação da direita. Os trabalhos da instalação da Comissão da Ordem Econômica começaram com trinta minutos de atraso. Sob a presidência do senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), a primeira reação dos políticos de direita veio com o deputado Renato Johnson (PMDB-PR) que, citando o artigo 13 do Regimento Interno da Constituinte, exigiu o critério da votação também para o cargo de relator da Comissão e não apenas para as funções de presidentes e vice-presidentes. O objetivo era incluir uma outra chapa com o nome de deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) que teria o apoio efetivo de elementos do PMDB, do PFL, do PL, e especialmente do PDS. Logo a seguir, o senador Roberto Campos (PDS-MT) pediu a palavra para apoiar a rein-

Pelé ainda sonha ser presidente

Ao deixar ontem o gabinete presidencial, onde foi entregar ao presidente José Sarney a "Estatueta da Paz" e a marca do Ano Nacional do Turismo, o ex-jogador Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, afirmou que a sua candidatura à Presidência da República "é um caminho natural", defendeu um mandato de seis anos para Sarney e a criação do Partido Democrático Brasileiro (PDB). A questão do mandato de Sarney não foi aprofundada por Pelé, pois ele argumentou que o assunto deve ser analisado pela Assembléia Nacional Constituinte. Mas ele acha que seis anos é um país. Ele reconheceu o trabalho da Constituinte está muito lento e espera que a Constituinte seja boa para o povo. Pelé não citou os possíveis nomes que podem disputar uma eleição direta para presidente da República. Ele acha que o povo deve entender que o voto tem de ser dado à ideologia do partido político e não a candidatos, como ocorre no Brasil, onde os primos e parentes recebem os votos. Pelé acha que o eleitor brasileiro já está votando com consciência, o que representa que ele já sabe votar. Anteriormente, o ex-jogador afirmava que o "brasileiro não está preparado para votar". Pelé foi contratado pelo presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), João Dória Júnior, para ser o embaixador do turismo brasileiro no exterior. A "Estatueta da Paz" será entregue a presidentes, reis, rainhas e chefes de estado do mundo inteiro para divulgar o turismo brasileiro. No último dia 13 de março, Pelé entregou uma peça, que foi esculpida pelo artista plástico Domenico Calabrone, italiano radicado no Brasil, ao Papa João Paulo II, quando ele esteve no Vaticano. A que Sarney recebeu foi criada pelo artista plástico Francisc Petil e contém a frase "Ano Internacional do Turismo", o logotipo da bandeira brasileira, em desenho livre, e o número 87 escrito a mão. Ao entregar a estatueta, Pelé disse que, na qualidade de embaixador do turismo, vai "levar um pouco de paz", como o Papa pediu. Ele lembrou que rogou a bênção do Sumo Pontífice para o Brasil, que está "precisando". Os primeiros países a serem visitados serão a França, a Itália, a Alemanha e a Espanha.

DILZE TEIXEIRA Da Editoria de Política

Sob a coordenação do ministro do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel, está sendo elaborado um programa mínimo de governo — pincado do Plano de Metas do Governo Sarney — com cerca de 15 itens, a ser cumprido a curto prazo. Participam da elaboração deste documento, que basicamente ampliará e atualizará os compromissos da Aliança Democrática à realidade atual do País, o PMDB — cabendo a coordenação ao deputado Pimenta da Veiga —, o PFL e assessores do presidente José Sarney — entre os quais, o secretário e genro Jorge Murad, que supervisiona as medidas econômicas. O programa mínimo de governo deverá ser subscrito também pelo PTB e pelo PL que passarão a integrar a Aliança Democrática, segundo revelou, ontem, uma fonte do Gabinete Civil. Desta forma, o Governo pretende ampliar sua base de apoio parlamentar e assim superar a crise político-econômica que o País atravessa. Após a aprovação do programa

mínimo de governo, que deverá estar definido dentro de 15 dias, os partidos que o subscreverem ficarão comprometidos a defender suas propostas e os ministros a executá-las, cada um na sua área. Os que se sentirem sem condições para cumprir o programa deverão colocar os cargos à disposição do presidente Sarney. E é a partir deste momento que o Presidente iniciará a sua reforma ministerial que será atrelada ao programa mínimo de governo, informou um assessor presidencial. Este assessor que participa da elaboração do programa, revelou que o objetivo fundamental é priorizar alguns itens do Plano de Metas do Governo de forma a viabilizar sua execução a curto prazo. O programa seguirá as diretrizes já anunciadas pelo Governo no campo econômico e social. Na área econômica, explicitará medidas visando, basicamente, manter o crescimento econômico — e por consequência o nível de emprego, evitando a recessão; o controle inflacionário; a redução do déficit público e uma política de renegociação da dívida externa cujos resultados não impliquem em recessão.

Camargo exige definição

O senador Afonso Camargo, 3º vice-presidente nacional do PMDB, mostra-se satisfeito com os resultados práticos da reunião de antemão da executiva nacional do partido, mas espera que o deputado Ulysses Guimarães dê consequência ao plano de descentralizar as decisões internas na direção partidária, convocando reuniões daquele órgão de 15 em 15 dias. Camargo atribui grande importância ao encontro que a bancada do PMDB na Câmara deverá manter, na manhã de hoje, com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a fim de debater a crise econômico-financeira e conhecer a estratégia do Governo. "Precisamos saber se podemos apoiar ou não o governo. Se não apoiarmos essa estratégia, vamos para a oposição", disse.



Afonso Camargo car reunião da executiva na próxima semana a fim de dar prosseguimento ao processo de abertura do partido. Ele acha que a reunião de antemão representou "um grande passo", mas que será necessário complementar as medidas já adotadas com outras que dinamizem o partido e o aproximem do povo. "Ninguém conhece a orientação do Governo sobre os juros. E não se ignora que nenhuma economia é capaz de suportar juros de até 30 por cento ao mês. Temos de questionar o ministro da Fazenda com a maior franqueza, colocando os problemas que as diferentes classes sociais estão colocando para nós, disse."

DEMOCRATIZAÇÃO

Observando não ter sentido o PMDB, cujas responsabilidades cresceram com a vitória espetacular nas eleições do ano passado, continua mergulhado na estagnação, Afonso Camargo disse que sentiu ter chegado a hora de o partido tomar uma orientação, pelo que pôde observar nos contatos com os seus companheiros. "Não podemos ficar apoiando o Governo pela metade e resmungando queixas pelos corredores. Chegou a hora de examinar a crise e estudar o programa do Governo para vencê-la. Se chegarmos à conclusão de que a política é insuficiente ou falha, devemos ir para a oposição. Não se pode mais esconder uma realidade — a de que o Plano Cruzado fracassou. Assim sendo, o Brasil reclama uma nova política econômica capaz de vencer a inflação e reduzir os juros, que estão situados em níveis insuportáveis, afirmou o senador paraense. Camargo espera que Ulysses Guimarães cumpra a promessa de convo-



Cardoso Alves ficou furioso ao perder a vaga para Severo Gomes (D)

Márcio Bastos toma posse na OAB e pede mudanças

O novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, eleito na manhã de ontem em Brasília, foi empossado no cargo em solenidade realizada à noite e que contou com a participação dos ministros Paulo Brossard, (Justiça) e Almir Pazzianotto, (Trabalho), além do presidente do Supremo Tribunal Federal, Luis Rafael Maia. Candidato único ao cargo, Márcio Thomaz Bastos foi eleito por unanimidade e ficará à frente da OAB nos próximos dois anos. Em sua gestão, ele pretende ocupar-se dos problemas relativos à categoria, mas sem deixar "de empenhar-se nas grandes lutas do povo brasileiro". Conforme afirmou em seu discurso, a profissão vive dias "teríveis". Entre as

questões específicas da categoria que a diretoria pretende dar atenção especial está a do ensino superior. Márcio Bastos considera que o mercado de trabalho já está totalmente saturado, apesar de todos os anos receber milhares de advogados "despreparados para o exercício da profissão". No campo constitucional acredita que se deva aumentar a proteção ao exercício da advocacia, incluindo-se no texto da Constituição "que o advogado é inviolável no exercício de sua profissão, devendo-se estabelecer o foro especial para delitos imputados na atuação profissional", afirmou. Na opinião do presidente da OAB é necessário que o Judiciário "se assumia como poder" através de uma auto-

nomia financeira e orçamentária, ao mesmo tempo em que se criem formas de controle. Conforme Márcio Bastos a necessidade de um Poder Judiciário ágil e independente deve ser lembrada nos debates da Constituinte como único meio para a existência de uma democracia digna. Entre as reformas, a seu ver, essenciais estão a agrária, urbana e tributária que deverá restabelecer o princípio federativo e descentralizar a administração; e fiscal, para uma melhor redistribuição da renda. Criticou, em seu discurso, a limitação da liberdade dos sindicatos e a restrição do Governo ao direito de greve. Márcio Bastos recebeu o cargo de presidente do Conselho Federal da OAB de seu antecessor Herman Baeta.